

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (RCI Brasil), relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Mercado de Atuação

ARCI Brasil, Instituição integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, tem por objetivo principal a prática das operações de crédito, visando sustentar o crescimento das marcas automotoras Renault e Nissan no mercado brasileiro, através do financiamento à rede de concessionárias e ao consumidor final.

Patrimônio Líquido e Resultado

O patrimônio líquido atingiu R\$1.166 milhões em 31 de dezembro de 2013 apresentando evolução de 12,5% em comparação a R\$1.036 milhões em 31 de dezembro de 2012. O lucro líquido apresentado no exercício foi de R\$214 milhões em comparação a R\$183 milhões do mesmo período do ano anterior.

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2013, os ativos totais atingiram R\$9.348 milhões e estão representados principalmente pela carteira de créditos no montante de R\$7.778 milhões e por aplicações interfinanceiras de liquidez no valor de R\$261 milhões. Em 31 de dezembro de 2012, correspondiam a R\$7.272 milhões, R\$5.677 milhões e R\$536 milhões, respectivamente.

As captações de recursos da RCI Brasil estão representadas principalmente por depósitos interfinanceiros no montante de R\$3.829 milhões, recursos de aceites cambiais R\$1.107 milhões e letras financeiras R\$2.631 milhões em 31 de dezembro de 2013, comparados, respectivamente, por R\$3.603 milhões, R\$1.092 milhões e R\$1.172 milhões em 31 de dezembro de 2012.

Conjuntura Econômica

A atividade econômica segue em ritmo moderado, mas com melhor desempenho do que o registrado ao longo de 2012. O desempenho do

Produto Interno Bruto (PIB) no terceiro trimestre (último dado disponível), divulgado no mês de dezembro, mostrou alta de 2,2% em comparação com o mesmo trimestre em 2012, abaixo do crescimento de 3,3% observado no trimestre anterior. Os investimentos mostraram alta de 7,3%, impulsionados principalmente pelo crescimento de estoques e favorecidos pela base de comparação depreciada em 2012. O consumo das famílias apresentou expansão de 2,3%, no mesmo período. Pelo lado da oferta, o destaque positivo ficou para os serviços, cuja produção apresentou alta de 2,2% na mesma comparação interanual. A indústria continuou com bom desempenho, com alta de 1,9% frente ao mesmo período em 2012, porém inferior ao 2,7% observado no trimestre anterior. O PIB Agrícola recuou 1,0% no terceiro trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado deve-se, principalmente, ao desempenho (queda proporcionalmente maior da produção na safra de 2013 vis-à-vis a área plantada) de alguns produtos da lavoura.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) alcançou 5,9% no acumulado em 12 meses terminados em dezembro, superior aos 5,8% observados ao final de 2012. Os preços de serviços continuam a exercer pressão inflacionária, reflexo da elevação do custo da mão de obra. Por outro lado, os preços regulados seguem atenuando esse movimento. Neste contexto, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) deu continuidade ao ciclo de aumento da taxa básica de juros (Selic), iniciado em abril de 2013, e na reunião de 15 de janeiro elevou a Selic para 10,5% a.a.. Esse movimento continua sendo refletido nas taxas cobradas pelos bancos. Em novembro, a taxa média cobrada no crédito à pessoa física com recursos livres foi de 38,5% a.a. frente aos 34,7% a.a. em novembro de 2012. O estoque de crédito avançou 14,5% nos doze meses encerrados em novembro, chegando ao patamar de R\$2,65 trilhões (55,6% do PIB). O crédito imobiliário, que cresce ao ritmo de 34,2% em doze meses, continua impulsionando o crédito e superando a expansão das demais modalidades.

O ambiente global ainda frágil tem pesado sobre as exportações brasileiras, que mostraram ligeira queda de 0,2% em 2013 em comparação com 2012. O crescimento das importações foi de 7,4% no mesmo período. Como resultado, o superávit comercial acumulou US\$2,5 bilhões no ano, muito abaixo dos US\$19,4 bilhões registrados em 2012. O déficit em transações correntes totalizou US\$81,1 bilhões, no acumulado de 12 meses até novembro de 2013, enquanto o total de investimentos estrangeiros diretos (IED) no mesmo período foi de US\$62,8 bilhões. A taxa de câmbio encerrou o ano de 2013 em R\$2,34/US\$, depois de passar por forte volatilidade em função de mudanças na política monetária dos Estados Unidos. A atuação do Bacen, através do programa de leilões de contratos de swap cambial, foi fundamental para controlar a volatilidade da taxa de câmbio. Nas contas públicas, o fraco ritmo de atividade e as isenções tributárias têm pesado negativamente sobre a arrecadação, mas receitas extraordinárias garantiram o superávit primário de 2,2% do PIB nos 12 meses encerrados em novembro de 2013. No mesmo período, a necessidade de financiamento do setor público atingiu 3,0% do PIB, pouco abaixo dos 3,3% observados em setembro de 2013. A dívida líquida do setor público alcançou 33,9% do PIB ao final de novembro, redução de 0,8 p.p. em relação a setembro de 2013. A dívida bruta alcançou, no mesmo período, 58,5% do PIB.

Outras Informações

A RCI Brasil tem como política restringir os serviços prestados por seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor, em consonância com as normas brasileiras e internacionais. Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 381/2003, informa que no exercício de 2013 não foram contratados da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente.

Agradecimentos

A Administração da RCI Brasil agradece aos clientes e acionistas pela confiança depositada.

Curitiba, 20 de fevereiro de 2014

O Conselho de Administração

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	31/12/2012		Nota	31/12/2013	
	31/12/2013	Ajustado		31/12/2013	Ajustado
Ativo Circulante		5.655.316		6.553.064	2.948.065
Disponibilidades	5	21.473	15.a	2.287.769	2.263.415
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		261.082		261.082	536.031
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		261.082		261.082	536.031
Instrumentos Financeiros Derivativos	6	19.048		19.048	2.722
Instrumentos Financeiros Derivativos		19.048		19.048	2.722
Relações Interfinanceiras	7	231.371		231.371	226.700
Depósitos no Banco Central		231.371		231.371	226.700
Operações de Crédito		4.847.344		4.847.344	3.718.309
Setor Privado	8.a	4.908.170		4.908.170	3.761.379
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	8.d	(60.826)		(60.826)	(43.070)
Outros Créditos		212.331		212.331	76.978
Rendas a Receber	10	39.894		39.894	21.416
Créditos Tributários	9	28.793		28.793	27.659
Diversos	11	143.644		143.644	27.903
Outros Valores e Bens		62.667		62.667	43.724
Outros Valores e Bens		25		25	25
(Provisões para Desvalorizações)		(25)		(25)	(25)
Despesas Antecipadas		62.667		62.667	43.724
Ativo Realizável a Longo Prazo		3.007.971		3.007.971	2.024.291
Instrumentos Financeiros Derivativos	6	19.400		19.400	7.143
Instrumentos Financeiros Derivativos		19.400		19.400	7.143
Operações de Crédito		2.832.099		2.832.099	1.894.562
Setor Privado	8.a	2.870.051		2.870.051	1.915.665
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	8.d	(37.952)		(37.952)	(21.103)
Outros Créditos		78.558		78.558	56.407
Créditos Tributários	9	39.069		39.069	27.249
Diversos	11	39.489		39.489	29.158
Outros Valores e Bens		77.914		77.914	66.179
Despesas Antecipadas		77.914		77.914	66.179
Permanente		684.963		684.963	630.111
Investimentos		682.832		682.832	627.214
Participação em Controlada	12	682.832		682.832	627.214
Imobilizado de Uso		1.223		1.223	1.211
Outras Imobilizações de Uso	13	1.223		1.223	1.211
(Depreciações Acumuladas)		(687)		(687)	(906)
Intangível		908		908	1.686
Ativos Intangíveis	14	908		908	1.686
(Amortizações Acumuladas)		(2.117)		(2.117)	(1.945)
Total do Ativo		9.348.250		9.348.250	7.271.637

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	01/01 a 31/12/2012		Nota	01/01 a 31/12/2013	
	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012		01/01 a 31/12/2013	Ajustado
Receitas da Intermediação Financeira		494.179		494.179	913.732
Operações de Crédito		454.806		454.806	814.041
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		23.222		23.222	45.261
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	6.a	5.673		5.673	36.096
Resultado das Aplicações Compulsórias		10.478		10.478	18.334
Despesas da Intermediação Financeira		(376.625)		(376.625)	(639.722)
Operações de Captação no Mercado		(341.287)		(341.287)	(579.489)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.e	(35.338)		(35.338)	(60.233)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		117.554		117.554	274.010
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(3.140)		(3.140)	816
Receitas de Prestação de Serviços		2.370		2.370	4.723
Rendas de Tarifas Bancárias	21	40.078		40.078	69.782
Despesas de Pessoal		(11.230)		(11.230)	(21.227)
Outras Despesas Administrativas		(54.962)		(54.962)	(101.934)
Despesas Tributárias		(14.282)		(14.282)	(28.489)
Resultado de Participação em Controlada	12	32.247		32.247	72.941
Outras Receitas Operacionais	22	12.584		12.584	23.729
Outras Despesas Operacionais	23	(9.945)		(9.945)	(18.709)
Resultado Operacional		114.414		114.414	274.826
Resultado não Operacional		389		389	507
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		114.803		114.803	275.333
Imposto de Renda e Contribuição Social		(12.872)		(12.872)	(60.398)
Provisão para Imposto de Renda	24	(13.175)		(13.175)	(45.995)
Provisão para Contribuição Social		(7.996)		(7.996)	(27.694)
Ativo Fiscal Diferido		8.299		8.299	13.291
Participação dos Empregados no Lucro		(385)		(385)	(767)
Lucro Líquido		101.546		101.546	214.168
Nº de Ações	19.a	4.951		4.951	4.951
Lucro Líquido por Ação (em R\$)		20.510,20		20.510,20	43.257,52

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua...

Continuação

RCI Brasil

groupe RCI Banque

COMPANHIA DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO RCI BRASIL

CNPJ nº 61.784.278/0001-91



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de Lucros Reserva Estatutária	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2011 - Originalmente Apresentado		145.733	17.776	147.927	-	311.436
Ajustes Decorrentes de Mudança de Prática Contábil	4.g.1	-	-	-	17.224	17.224
Saldos em 1 de Janeiro de 2012 Ajustado		145.733	17.776	147.927	17.224	326.660
Aumento de Capital (Incorporação de Ações - Nota 2)	19.a	567.951	-	-	-	567.951
Dividendos Complementares de Exercício Anterior	19.b	-	-	(20.000)	-	(20.000)
Efeito na Controlada de Ajustes Decorrentes de Mudança de Prática Contábil	4.g.1	-	-	-	14.874	14.874
Lucro Líquido		-	-	-	183.042	183.042
Destinações:						
Reserva Legal		-	8.194	-	(8.194)	-
Dividendos	19.b	-	-	-	(3.919)	(3.919)
Juros sobre o Capital Próprio	19.b	-	-	-	(35.000)	(35.000)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	19.c	-	-	168.027	(168.027)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2012 Ajustado		713.684	25.970	415.696	-	1.035.608
Dividendos Complementares de Exercício Anterior	19.b	-	-	(29.320)	-	(29.320)
Lucro Líquido		-	-	-	214.168	214.168
Destinações:						
Reserva Legal		-	10.708	-	(10.708)	-
Dividendos		-	-	-	(5.398)	(5.398)
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	(49.000)	(49.000)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	19.c	-	-	149.062	(149.062)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		713.684	36.678	415.696	-	1.166.058
Saldos em 30 de Junho de 2013 Ajustado		713.684	31.378	373.848	-	1.118.910
Lucro Líquido		-	-	-	101.546	101.546
Destinações:						
Reserva Legal		-	5.300	-	(5.300)	-
Dividendos		-	-	-	(5.398)	(5.398)
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	(49.000)	(49.000)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	19.c	-	-	41.848	(41.848)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		713.684	36.678	415.696	-	1.166.058

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/07 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012 Ajustado
Atividades Operacionais		101.546	214.168	183.042
Lucro Líquido		(10.375)	(8.308)	(8.332)
Ajustes ao Lucro Líquido		170	338	298
Depreciações e Amortizações		-	-	-
Provisão de Processos		-	-	-
Judiciais e Administrativos	18.c	10.664	19.529	15.750
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.e	35.338	60.233	44.282
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(24.237)	(17.102)	(3.164)
Resultado de Participação em Controlada	12	(32.247)	(72.941)	(66.928)
Outros		(63)	1.635	1.430
Variáveis em Ativos e Passivos		(558.415)	(1.214.167)	(945.131)
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		249.453	391.205	(185.350)
Redução (Aumento) em Instrumentos Financeiros Derivativos		(3.692)	(42.804)	6.815
Redução (Aumento) em Operações de Crédito		(1.405.824)	(2.126.805)	(1.791.457)
Redução (Aumento) em Depósitos no Banco Central		5.792	(4.671)	14.960
Redução (Aumento) em Outros Créditos		(83.958)	(127.226)	(23.089)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		(16.435)	(30.678)	(65.820)
Aumento (Redução) em Depósitos		343.672	226.596	950.945

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
A Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (RCI Brasil), constituída na forma de sociedade anônima, tem por objetivo principal a prática das operações de crédito, visando sustentar o crescimento das marcas automotoras Renault e Nissan no mercado brasileiro, através do financiamento à rede de concessionárias e ao consumidor final. É uma instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

2. Reestruturação Societária

a) Incorporação de Ações

Na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 31 de maio de 2012, foi aprovada a proposta de incorporação de ações, nos termos e condições do "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil ao Patrimônio da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil" (Protocolo), cujo processo foi homologado pelo Banco Central do Brasil (Bacen) em 28 de agosto de 2012.

No Protocolo foram estabelecidas as justificações e condições da reestruturação societária constituída pela incorporação da totalidade de ações de emissão da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil (RCI Leasing) ao patrimônio da RCI Brasil. Como resultado da Incorporação de Ações: (a) a RCI Leasing (Incorporada) é convertida em subsidiária integral da RCI Brasil (Incorporadora); (b) os ex-acionistas da Incorporada receberam ações de emissão da Incorporadora, e (c) o patrimônio da RCI Brasil foi aumentado pelo valor contábil das ações da RCI Leasing, emitidas aos ex-acionistas, avaliados na

data-base de 31 de março de 2012, conforme demonstrado abaixo:

	RCI Leasing
Quantidade de Ações Integralizadas do Capital Social	567.951
Valor Patrimonial Contábil por Ação (Em Reais por Ação)	243.715
Na incorporação de ações foram emitidas 3.122 novas ações com o aumento de capital no montante de R\$567.951.	2.330,39

A Incorporação de Ações se justifica na medida em que trará às Sociedades e aos seus acionistas os seguintes benefícios: (a) simplificação da composição da estrutura patrimonial dos veículos societários, (b) redução de custos administrativos, especialmente os relacionados às obrigações legais e regulatórias atualmente despendidos pelas Sociedades, e (c) uma maior eficiência na estrutura corporativa e mais agilidade na execução de decisões estratégicas administrativas e comerciais das Sociedades.

b) Abertura de Capital

Na AGE de 30 de agosto de 2012, foi aprovado o pedido de registro da RCI Brasil junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como companhia aberta emissora de valores mobiliários na categoria "B". O registro foi obtido junto a CVM em 27 de novembro de 2012.

3. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da RCI Brasil, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), da CVM, no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen. A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012 Ajustado
Receitas da Intermediação Financeira		913.732	691.140
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias		74.505	80.986
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.e	(60.233)	(44.282)
Outras Receitas e Despesas		5.527	5.202
Despesas da Intermediação Financeira		(579.489)	(444.146)
Insuportos de Terceiros		(101.042)	(79.487)
Serviços de Terceiros		(41.941)	(27.250)
Outros		(59.101)	(52.237)
Valor Adicionado Bruto		253.000	209.413
Retenções		-	-
Depreciações e Amortizações		(338)	(298)
Valor Adicionado Líquido		252.662	209.115
Valor Adicionado Recebido em Transferência:		-	-
Resultado de Participação em Controlada	12	72.941	66.928
Valor Adicionado Bruto a Distribuir		325.603	276.043
Distribuição do Valor Adicionado		-	-
Pessoal		18.728	15.109
Remuneração		12.935	10.606
Benefícios		2.918	2.490
FGTS		1.460	972
Outras		1.415	1.041
Impostos, Taxas e Contribuições Federais		92.153	77.410
Municipais		88.310	73.184
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis		3.843	4.226
Remuneração de Capitais Próprios		554	482
Dividendos	18.b	5.398	3.919
Juros sobre o Capital Próprio	18.b	49.000	35.000
Reinvestimentos de Lucros		159.770	144.123
Total		325.603	276.043

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas, receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 20 de fevereiro de 2014.

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Santander, que inclui a RCI Brasil e a RCI Leasing, e as demonstrações financeiras consolidadas das empresas financeiras Renault, compostas pela RCI Brasil e RCI Leasing, elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB), do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram divulgadas, no prazo legal, na CVM (empresas financeiras Renault) e no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri (Conglomerado Santander).

Continua...

Continuação



groupe RCI Banque

COMPANHIA DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO RCI BRASIL

CNPJ nº 61.784.278/0001-91


NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado
4. Principais Práticas Contábeis
a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da RCI Brasil.

b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

A carteira de operações de crédito é demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Normalmente, a RCI Brasil efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixado para prejuízo é registrado em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e Bacen.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

g) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

g.1) Despesas Antecipadas com Comissões - Mudança de Prática Contábil

Visando refletir nas demonstrações financeiras uma melhor apresentação da essência econômica da transação, a Administração decidiu que as comissões pagas às concessionárias pelo volume de operações de crédito contratadas, anteriormente contabilizadas como despesas, passaram a ser diferidas de acordo com o prazo dos contratos. Os efeitos desta reclassificação estão assim registrados em conformidade com o CPC 23 - políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, homologado pelo Bacen através da Resolução 4.007/2011:

			31/12/2012	01/01 a 31/12/2012	
	Outros Valores e Bens ⁽¹⁾	Inven- timentos ⁽²⁾	Outras Obrigações ⁽³⁾	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido ⁽⁴⁾
Saldos Registrados Originalmente em 31 de Dezembro de 2012	49.247	612.340	344.055	984.340	163.872
Efeitos da Mudança de Prática Contábil	60.656	14.874	24.262	51.268	19.170
Saldos em 31 de Dezembro de 2012 Ajustados	109.903	627.214	368.317	1.035.608	183.042

⁽¹⁾ Registrado na rubrica "despesas antecipadas".

⁽²⁾ Registrado na rubrica "participação em controlada".

⁽³⁾ Registrado na rubrica "fiscais e previdenciárias - passivo fiscal diferido".

⁽⁴⁾ Registrados nas rubricas "receitas de operações de crédito", "resultado de participação em controlada" e "imposto de renda e contribuição social".

h) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

h.1) Investimentos

Os ajustes dos investimentos em sociedade controlada são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participação em controlada.

h.2) Imobilizado

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de comunicação - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

h.3) Intangível

Os gastos classificados no ativo intangível são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos quando se referem à aquisição e desenvolvimento de softwares.

i) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

A RCI Brasil é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da RCI Brasil. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

J) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias.

K) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e CSLL à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota 9.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, aprovada pela Administração da RCI Brasil na reunião realizada no dia 20 de fevereiro de 2014. As alterações introduzidas pela Lei 11.638 e pela Lei 11.941 (artigos 37 e 38) que modificaram o critério de

reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período não tiveram efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição (RTT), sendo utilizadas, para fins tributários, as normas vigentes em 31 de dezembro de 2007. Os efeitos tributários da adoção das referidas normas estão registrados, para fins contábeis, nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

l) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Disponibilidades	21.473	12.771	10.350
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	230.275	114.019	91.538
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	230.275	114.019	91.538
Total	251.748	126.790	101.888

6. Instrumentos Financeiros
a) Instrumentos Financeiros Derivativos

	31/12/2013			31/12/2012		
	Valor Referencial	Curva	Mercado	Valor Referencial	Curva	Mercado
Ativo	5.316.761	5.316.761	5.340.430	2.992.143	2.992.143	3.010.487
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	5.189.109	5.189.109	5.212.465	2.821.067	2.821.067	2.831.700
Taxa de Juros Pré - Reais	127.652	127.652	127.965	171.076	171.076	178.787
Passivo	5.313.540	(5.313.540)	(5.304.187)	2.996.557	(2.996.557)	(3.017.048)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	121.758	(121.758)	(121.957)	167.607	(167.607)	(168.922)
Taxa de Juros Pré - Reais	5.191.782	(5.191.782)	(5.182.230)	2.828.950	(2.828.950)	(2.848.126)
"Swap" - Negociação		3.221	36.243		(4.414)	(6.561)
Diferencial a Receber			38.448			9.865
Diferencial a Pagar			(2.205)			(16.426)

Em 31 de dezembro de 2013, as operações de swap foram registradas na Cetip, das quais R\$2.047.331 possuem vencimento até 3 meses, R\$1.191.231 de 3 a 12 meses e R\$2.078.199 acima de 12 meses.

Foram reconhecidos receitas com instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$36.096 no exercício (2012 - despesas de R\$13.396).

b) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

As informações foram produzidas com base no conteúdo dos sistemas produtos e da contabilidade, sendo que os cálculos foram realizados com as metodologias do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), do qual a RCI Brasil faz parte do conglomerado financeiro. Nesse sentido, os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Novo Método Padronizado de Basileia II do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da RCI Brasil e seus eventuais "hedges".

A RCI Brasil efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as suas posições: O quadro resumo apresentado abaixo sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos da RCI Brasil, referente a carteira "banking", para cada um dos cenários da carteira do dia 31 de dezembro de 2013.

Carteira "Banking"

Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré-Fixadas	(25)	(938)	(1.746)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(68)	(939)	(1.929)
Total ⁽¹⁾		(93)	(1.877)	(3.675)

⁽¹⁾ Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário 1: uma situação considerada provável pela Administração. Com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 10 pontos base para taxa de juros e 1% para variação de preços (moedas).

Cenário 2: uma situação, com deterioração de 25% na variável de risco considerada.

Cenário 3: uma situação, com deterioração de 50% na variável de risco considerada.

7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados, representados basicamente por depósitos em espécie efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos a prazo e recursos de aceites cambiais e adicional sobre depósitos.

8. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas
a) Carteira de Créditos

	31/12/2013	31/12/2012
Operações de Crédito:		
Financiamentos - Vendor	2.652.368	2.132.664
Financiamentos - CDC Veículos	5.125.853	3.544.380
Total	7.778.221	5.677.044
Circulante	4.908.170	3.761.379
Longo Prazo	2.870.051	1.915.665

b) Carteira por Vencimento

	31/12/2013	31/12/2012
Vencidas	25.424	13.379
A Vencer:		
Até 3 Meses	1.542.851	1.743.359
De 3 a 12 Meses	3.365.319	2.018.020
De 1 a 5 Anos	2.842.377	1.902.286
Acima de 5 Anos	2.250	-
Total	7.778.221	5.677.044

c) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	31/12/2013	31/12/2012
Setor Privado		
Indústria	11.787	10.566
Comércio	2.769.432	2.229.788
Instituições Financeiras	69	25
Serviços e Outros	159.302	118.825
Pessoas Físicas	4.837.631	3.317.840
Total	7.778.221	5.677.044

Continua...

Continuação

RCI Brasil
groupe RCI Banque**COMPANHIA DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO RCI BRASIL**

CNPJ nº 61.784.278/0001-91

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**d) Carteira de Créditos e da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco**

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			Provisão Requerida	
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	31/12/2013	31/12/2012
AA	-	1.092	-	1.092	2.606	-
A	0,5%	5.292.072	-	5.292.072	4.198.533	26.460
B	1%	1.686.202	115.627	1.801.829	836.251	18.018
C	3%	516.868	86.764	603.632	604.800	18.109
D	10%	2.602	21.617	24.219	12.199	2.422
E	30%	11.710	10.875	22.585	6.494	6.776
F	50%	84	8.356	8.440	3.601	4.221
G	70%	-	5.266	5.266	2.850	3.686
H	100%	10	19.076	19.086	9.710	19.086
Total		7.510.640	267.581	7.778.221	5.677.044	98.778

⁽¹⁾ Inclui parcelas vencidas e vencidas.**e) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Saldo Inicial	64.173	38.487
Constituições	60.233	44.282
Baixas	(25.628)	(18.596)
Saldo Final	98.778	64.173
Circulante	60.826	43.070
Longo Prazo	37.952	21.103

Foram recuperados créditos no valor de R\$5.246 no exercício (2012 - R\$3.718), registradas como receita da intermediação financeira na rubrica operações de crédito.

9. Créditos Tributários**a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários**

	Saldo em 31/12/2012	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2013
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	33.295	27.078	(8.983)	51.390
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos	-	-	-	-
- Ações Cíveis	2.124	1.961	(1.350)	2.735
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	1.174	731	-	1.905
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos	-	-	-	-
- Ações Trabalhistas	211	460	(143)	528
Ajuste ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação ⁽²⁾	3.815	-	(3.261)	554
Outras Provisões Temporárias ⁽¹⁾	14.289	878	(4.417)	10.750
Total dos Créditos Tributários	54.908	31.108	(18.154)	67.862
Circulante	27.659	-	-	28.793
Longo Prazo	27.249	-	-	39.069

	Saldo em 31/12/2011	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2012
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	20.483	18.359	(5.547)	33.295

	Saldo em 31/12/2011	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2012
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos	-	-	-	-
- Ações Cíveis	811	2.239	(926)	2.124
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	660	514	-	1.174
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos	-	-	-	-
- Ações Trabalhistas	50	195	(34)	211
Ajuste ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação ⁽²⁾	-	3.815	-	3.815
Outras Provisões Temporárias ⁽¹⁾	13.823	592	(126)	14.289
Total dos Créditos Tributários	20.810	25.714	(6.633)	27.659
Circulante	20.810	-	-	27.659
Longo Prazo	15.017	-	-	27.249

⁽¹⁾ Inclui provisões para despesas administrativas.⁽²⁾ Inclui crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.**b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários**

Ano	Diferenças Temporárias			Total
	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	
2014	17.862	10.901	30	28.793
2015	11.275	6.765	30	18.070
2016	12.308	7.385	-	19.693
2017	408	245	-	653
2018	408	245	-	653
Total	42.261	25.541	60	67.862

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$61.356 (31/12/2012 - R\$51.026), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

10. Rendas a Receber

Referem-se substancialmente a dividendos a receber da subsidiária RCI Leasing no valor de R\$37.969 (31/12/2012 - R\$20.646) (Nota 20.f).

11. Outros Créditos - Diversos

	31/12/2013	31/12/2012
Devedores por Depósitos em Garantia	-	-
Para Interposição de Recursos Fiscais	29.310	18.885
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	62	632
Outros ⁽¹⁾	9.768	9.463
Impostos e Contribuições a Compensar ⁽²⁾	12.827	1.017
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 20.f)	130.340	26.488
Títulos e Créditos a Receber sem Característica de Concessão de Crédito	420	423
Outros	406	153
Total	183.133	57.061
Circulante	143.644	27.903
Longo Prazo	39.489	29.158

⁽¹⁾ Referem-se substancialmente a questões que estão sendo objeto de discussão judicial para as quais aguardam-se decisões dos órgãos competentes.⁽²⁾ Representado principalmente por valores de contribuição social, PIS/Cofins e imposto de renda a compensar.**12. Investimentos - Participação em Controlada**

Refere-se ao investimento na RCI Leasing, que tem como atividade principal o arrendamento mercantil. Com a reestruturação societária mencionada na Nota 2.a, a RCI Leasing passou a ser subsidiária integral da RCI Brasil, sendo que a participação da RCI Brasil no capital social da RCI Leasing estava representada por 163 mil ações ordinárias e 80 mil ações preferenciais, no valor de R\$567.951. Em 31 de dezembro de 2013, a RCI Leasing possuía patrimônio líquido de R\$682.832 (31/12/2012 - R\$627.214 ajustado) e lucro líquido de R\$72.941 no exercício (2012 - R\$91.154, ajustado), correspondendo a um investimento de R\$682.832 (31/12/2012 - R\$627.214 ajustado) e resultado de equivalência patrimonial de R\$72.941 no exercício (2012 - R\$66.928).

13. Imobilizado

	31/12/2013		31/12/2012	
	Custo	Depreciação Residual	Custo	Depreciação Residual
Outras Imobilizações de Uso				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	1.061	(307)	754	523
Sistemas de Segurança e Comunicações	114	(41)	73	91
Sistemas de Processamento de Dados	311	(204)	107	131
Beneficiárias em Imóveis de Terceiros	424	(135)	289	137
Outras ⁽¹⁾	-	-	-	329
Total	1.910	(687)	1.223	1.211

⁽¹⁾ Refere-se a imobilizações de móveis e equipamentos em curso.**14. Intangível**

Refere-se a gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais - desenvolvimento de software externo.

15. Captação de Recursos**a) Depósitos**

	31/12/2013		31/12/2012	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Depósitos Interfinanceiros	709.036	1.578.733	1.541.645	3.829.414
Total	709.036	1.578.733	1.541.645	3.829.414
Circulante	-	-	-	2.267.769
Longo Prazo	-	-	-	1.541.645

b) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	31/12/2013		31/12/2012	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Recursos de Aceites Cambiais ⁽¹⁾	41.134	520.824	545.508	1.107.466
Letras Financeiras ⁽²⁾	63.790	501.619	2.065.668	2.631.077
Total	104.924	1.022.443	2.611.176	3.738.543
Circulante	-	-	-	1.127.367
Longo Prazo	-	-	-	2.611.176

⁽¹⁾ São constituídas por títulos cambiais pactuados com taxas pós-fixadas de 100% a 111% (31/12/2012 - 100% a 110%) do CDI.⁽²⁾ As principais características das Letras Financeiras são: Prazo mínimo de 2 anos, valor nominal de R\$2.499.100 (31/12/2012 - R\$1.100.000) e permissão para que o emissor resgate antecipadamente apenas 5% do montante emitido. Possuem prazo de vencimento até 2017.**16. Fiscais e Previdenciárias**

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	31/12/2013	31/12/2012
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	50.426	23.867
Impostos e Contribuições a Pagar	13.287	9.062
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 18)	40.460	26.987
Provisão para Imposto de Renda Diferido	24.764	27.277
Total	128.937	87.193
Circulante	79.187	48.619
Longo Prazo	49.750	38.574

Natureza e origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Saldo em 31/12/2012 Ajustado	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2013
Ajuste ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação ⁽¹⁾	2.856	11.828	-	14.684
Comissões Diferidas (Nota 4.g.1)	24.262	-	(14.182)	10.080
Outros	159	-	(159)	-
Total	27.277	11.828	(14.341)	24.764

	Saldo em 31/12/2011 Ajustado	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2012 Ajustado
Ajuste ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação ⁽¹⁾	340	-	2.516	2.856
Comissões Diferidas (Nota 4.g.1)	11.483	24.079	(11.300)	24.262
Outros	-	159	-	159
Total	11.823	24.238	(8.784)	27.277

⁽¹⁾ Inclui crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.**17. Outras Obrigações - Diversas**

	31/12/2013	31/12/2012
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 18)	8.159	5.837
Provisão para Pagamentos a Efetuar	-	-
Despesas de Pessoal	3.696	2.706
Despesas Administrativas	26.220	24.839
Outros Pagamentos	11.621	7.642
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas (Nota 20.f)	1.206	925
Taxas de Equalização e Subsídios de Taxas de Juros ⁽¹⁾	361.666	159.114
Outras	20.962	8.054
Total	433.530	209.117
Circulante	108.607	63.981
Longo Prazo	324.923	145.136

⁽¹⁾ Refere-se a rendas relativas aos diferenciais de equivalência de taxas de financiamentos do Grupo Renault. Os recursos são apropriados exponencialmente ao resultado pela fluência dos prazos dos respectivos contratos de financiamentos.

Continua...

Continuação

RCI Brasil

groupe RCI Banque

COMPANHIA DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO RCI BRASIL

CNPJ nº 61.784.278/0001-91



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

18. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	31/12/2013	31/12/2012
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 16)	40.460	26.987
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos (Nota 17)	8.159	5.837
Ações Trabalhistas	1.320	526
Ações Cíveis	6.839	5.311
Total	48.619	32.824

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/12/2013			01/01 a 31/12/2012		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	26.987	526	5.311	17.322	125	2.030
Constituição Líquida de						
Reversão ⁽¹⁾	13.475	1.150	4.904	9.667	486	5.597
Pagamentos (2)	(2)	(356)	(3.376)	(2)	(85)	(2.316)
Saldo Final	40.460	1.320	6.839	26.987	526	5.311
Depósitos em Garantia - Outros Créditos ⁽²⁾	29.272	-	-	18.885	-	-

⁽¹⁾ Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras operacionais e IR e CSLL.

⁽²⁾ Não contempla os depósitos em garantia para as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

d) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal e Previdenciária

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais fiscais e previdenciárias. O principal processo é:

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$40.460 (31/12/2012 - R\$26.987): A RCI Brasil ajuizou ação judicial visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas por ex-empregados ou ex-colaboradores terceirizados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.

As ações trabalhistas são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

f) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

São ações judiciais de caráter predominantemente indenizatório e revisionais de crédito.

As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a financiamentos.

As ações revisionais referem-se a operações de crédito, através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

As ações cíveis são provisionadas de acordo com a avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

g) A RCI Brasil não possui passivos contingentes classificados como risco de perda possível individualmente significativo. Os passivos contingentes constantes, não significativos, importam em aproximadamente R\$9.981 para ações cíveis, R\$5.207 para ações trabalhistas e R\$2.595 para ações fiscais. A natureza das ações se assemelham as descritas nos itens "d", "e" e "f".

19. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o capital social é composto por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, assim demonstrado (em unidades de ações):

	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	989	986	1.975
De Domiciliados no Exterior	1.490	1.486	2.976
Total	2.479	2.472	4.951

Na AGE de 31 de maio de 2012, foi aprovado o aumento de capital decorrente da incorporação de ações da RCI Leasing (Nota 2) no montante de R\$567.951 mediante emissão de 3.122 novas ações, sendo 1.563 ações ordinárias e 1.559 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, cujo processo foi homologado pelo Bacen em 28 de agosto de 2012.

b) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Aos acionistas, são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido, ajustado na forma da legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas. Em 31 de dezembro de 2013, foram provisionados dividendos no montante de R\$5.398 (R\$1.038,34 para ações ordinárias e R\$1.142,18 para ações preferenciais, em reais por ação) atribuídos ao dividendo mínimo obrigatório sobre o lucro líquido do exercício de 2013.

Em 30 de dezembro de 2013, foram provisionados juros sobre o capital próprio no montante de R\$49.000 (R\$9.426,34 para ações ordinárias e R\$10.368,97 para ações preferenciais, em reais por ação, correspondendo ao valor líquido do imposto de renda de R\$8.012,39 e R\$8.813,63, respectivamente, em reais por ação) atribuídos ao dividendo mínimo obrigatório sobre o lucro líquido do exercício de 2013.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 30 de abril de 2013, foi aprovado o destaque de dividendos à conta de reserva para reforço do capital de giro com base no lucro líquido do exercício de 2012, no montante de R\$29.320 (R\$5.640,34 para ações ordinárias e R\$6.204,37 para ações preferenciais em reais por ação) e foram pagos em 15 de maio de 2013.

Em 31 de dezembro de 2012, foram provisionados dividendos no montante de R\$3.919 (R\$754,05 para ações ordinárias e R\$829,45 para ações preferenciais, em reais por ação) atribuídos ao dividendo mínimo obrigatório sobre o lucro líquido do exercício de 2012.

Em 28 de dezembro de 2012, foram provisionados juros sobre o capital próprio no montante de R\$35.000 (R\$7.069,28, tanto para ações ordinárias quanto para ações preferenciais, em reais por ação, correspondendo ao valor líquido do imposto de renda de R\$6.008,89 em reais por ação) atribuídos ao dividendo mínimo obrigatório sobre o lucro líquido do exercício de 2012.

Na AGO de 27 de abril de 2012, foi aprovado o destaque de dividendos à conta de reserva para reforço do capital

de giro, com base no lucro líquido do exercício de 2011, no montante de R\$20.000 (R\$10.475,04 para ações ordinárias e R\$11.522,55 para ações preferenciais em reais por ação) e foram pagos em 15 de maio de 2013.

c) Reserva Estatutária

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício foi destinado para reserva para reforço do capital de giro, com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da RCI Brasil, limitada a 100% do capital social, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital.

20. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na AGO, realizada em 30 de abril de 2013, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores. Para o ano de 2013 foi determinado o valor máximo de R\$1.516 e foi, ainda, ratificado o montante global da remuneração paga aos administradores durante o exercício de 2012 no total de R\$1.384.

b) Benefícios de Curto Prazo

Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Remuneração Fixa	757	673
Remuneração Variável	152	135
Outras	416	576
Total	1.325	1.384

Adicionalmente, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$277 (2012 - R\$246).

c) Rescisão do Contrato

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação de trabalho, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

d) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

- I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;
- II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital da RCI Brasil, com mais de 10%;
- III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, a RCI Brasil;
- IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

e) Participação Aciônica

A RCI Brasil é uma joint-venture, cujo capital pertence 60,11% à RCI Banque - empresa do Grupo Renault e 39,89% ao Banco Santander.

f) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2013	31/12/2012	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Disponibilidades	21.473	12.762	-	-
Banco Santander ⁽³⁾	21.473	12.762	-	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	192.275	491.031	34.914	45.504
Banco Santander ⁽³⁾	-	-	3.227	297
RCI Leasing ⁽¹⁾⁽⁴⁾	192.275	491.031	31.687	45.207
Operações de Crédito ⁽⁶⁾	18.916	9.141	119.622	100.406
Renault do Brasil S.A. ⁽⁵⁾	16.737	6.349	88.266	72.125
Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda. ⁽⁵⁾	582	405	4.930	4.185
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁵⁾	1.597	2.387	26.426	24.096
Dividendos e Bonificações a Receber	37.969	20.646	-	-
RCI Leasing ⁽⁴⁾	37.969	20.646	-	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas ⁽⁶⁾	130.340	27.222	198.230	151.841
Renault do Brasil S.A. ⁽⁵⁾	125.507	22.785	128.687	101.941
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁵⁾	4.833	4.437	69.543	49.900
Depósitos Interfinanceiros	(1.086.384)	(1.065.215)	(64.373)	(59.546)
Banco Santander ⁽³⁾	(1.086.384)	(1.065.215)	(64.373)	(59.546)
Recursos de Aceites Cambiais	(300.543)	(300.262)	(26.331)	(17.983)
Renault do Brasil S.A. ⁽⁵⁾	(300.543)	(300.262)	(26.331)	(17.983)
Letras Financeiras	(361.177)	(338.682)	(34.972)	(31.065)
Renault do Brasil S.A. ⁽⁵⁾	(361.177)	(338.682)	(34.972)	(31.065)
Dividendos e Bonificações a Pagar	(47.047)	(53.669)	-	-
Banco Santander ⁽³⁾	(18.768)	(21.407)	-	-
RCI Banque ⁽³⁾	(28.279)	(32.262)	-	-
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	(1.206)	(925)	(16.484)	(11.016)
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ⁽²⁾⁽⁶⁾	(1.204)	(907)	(10.538)	(8.487)
Banco Santander ⁽³⁾	(2)	-	(3.388)	(2.529)
Isban Brasil S.A. ⁽⁷⁾	-	-	(2.558)	-
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁷⁾	-	(18)	-	-
Outras Obrigações - Diversas	-	-	-	(48)
Renault do Brasil S.A. ⁽⁵⁾	-	-	-	(48)

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2013, as aplicações em depósitos interfinanceiros possuem vencimento de até 3 meses.

⁽²⁾ As despesas incluem despesas administrativas - convênio operacional.

⁽³⁾ Controladores da RCI Brasil (Nota 20.e).

⁽⁴⁾ Subsidiária da RCI Brasil a partir de 31 de maio de 2012 (Nota 2.a).

⁽⁵⁾ Coligadas da controladora RCI Banque.

⁽⁶⁾ Subsidiária do controlador Banco Santander.

⁽⁷⁾ Controlada pelo Banco Santander, S.A. - Espanha, controladora do Banco Santander.

⁽⁸⁾ Refere-se a juros com operações de floor plan, subsidiados pelas montadoras e realizáveis em até 30 dias.

⁽⁹⁾ Valores a receber das montadoras, referente a equalização de taxas de juros.

21. Rendas de Tarifas Bancárias

Representadas, principalmente, por tarifas de cadastro em operações de crédito.

Continua...

Continuação

RCI Brasil
groupe RCI Banque

COMPANHIA DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO RCI BRASIL
CNPJ nº 61.784.278/0001-91



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

22. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Reversão de Provisões Operacionais - Outras	1.025	1.722
Atualização de Depósitos Judiciais	2.486	6.029
Recuperação de Encargos e Despesas Outras	19.624	12.603
Outras	594	1.211
Total	23.729	21.565

23. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Provisões Operacionais		
Fiscais (Nota 18.c)	1.826	1.288
Trabalhistas (Nota 18.c)	1.150	486
Cíveis (Nota 18.c)	4.904	5.597
Outras ⁽¹⁾	2.797	1.688
Despesas Judiciais e Custas	384	167
Convênio Operacional - Renault do Brasil	1.626	1.517
Registro de Contratos	2.043	5.098
Despesas com Serasa/SPC	462	425
Despesas de Atualização de Impostos	316	274
Outras	3.201	760
Total	18.709	17.300

⁽¹⁾ Refere-se basicamente de provisões de gastos com contratos em atraso.

24. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	275.333	235.666
Participações no Lucro	(767)	(626)
Juros sobre o Capital Próprio	(49.000)	(35.000)
Resultado antes dos Impostos	225.566	200.040
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15%, Respectivamente	(90.226)	(80.015)
Resultado de Participação em Controlada	29.176	26.771
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	234	1.570
Demais Ajustes	418	(324)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(60.398)	(51.998)

25. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, a RCI Brasil aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

O resumo do relatório do comitê de auditoria e o resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foram divulgados e publicados em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
Éric Jean Spielrein

Suplente do Presidente do Conselho
Alain Gérard Ballu

Conselheiros Efetivos

André de Carvalho Novaes Dominique Edmond Pierre Signora João Guilherme de Andrade So Consiglio Oscar Rodriguez Herrero Philippe Jean Claude Buros

Conselheiros Suplentes

Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli Carlos Alberto López Galán Nilton Sergio Silveira Carvalho Thierry Gérard Alaux William Cossermelli

DIRETORIA

Diretor Presidente e Diretor de Risco
Dominique Edmond Pierre Signora

Diretor de Relações Institucionais
André de Carvalho Novaes

Diretor CrediNissan
Thierry Gérard Alaux

Diretor Administrativo Financeiro
Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli

Contador

Flaminio Oliveira Ferreira - CRC 1RS 067739/O-6 S-PR

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil

Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito

dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase sobre a reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 4.g.1, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas pela Companhia em suas demonstrações financeiras, referentes às comissões pagas às

concessionárias durante o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2013, os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, bem como os saldos de 31 de dezembro de 2011, foram ajustados e estão sendo reapresentados em conformidade com o CPC 23 (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro), homologado pelo Conselho Monetário Nacional através da Resolução 4.007, de 25 de agosto de 2011. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Gilberto Bizerra de Souza
Contador
CRC nº 1 RJ 076328/O-2

Deloitte.

RS 12888,00 - 15676/2014

Deixe a conta de água por conta do débito automático.



Autorize o débito automático da conta de água na sua conta corrente. Assim, você não precisa se preocupar com a data de vencimento, não fica em filas nem corre o risco de suspensão no abastecimento por atraso.

Se você é proprietário de casa na praia, tem mais uma razão para aproveitar essa facilidade. É muito mais prático e seguro.

Informe-se na sua agência bancária.
Dúvidas? Ligue 115
ou vá até um dos nossos escritórios de relacionamento com o cliente.

